

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2023

**PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA Nº: 009/2023
DISPENSA: 008/2023**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG, E A EMPRESA MENSURAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.847.061/0001-29, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o n. 03.133.862/0001-80, com sede na Rua Capitão Enéas, nº 538, Centro, Francisco Sá/MG a seguir denominado INSTITUTO, neste ato representado pelo seu Presidente Elvis Henrique Ruas Rodrigues, e de outro a empresa **MENSURAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA** inscrita(o) no CNPJ sob o nº 16.847.061/0001-29, situada na Avenida do Contorno, nº. 6594, 16º andar, sl. 701, Savassi – Belo Horizonte/MG, cep. 30.110-044, representada por Cesar Mattos dos Santos, inscrito no CPF sob o n. 600.097.646-15, a seguir denominada **Contratada**, resolvem firmar o presente contrato administrativo em face do Processo de Contratação nº 009/2023 – Dispensa 008/2023, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG

Item	Quant	Unid	Especificações Mínimas	Valor Unit	Valor Total
01	12	Mês	ASSESSORIA FINANCEIRA Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de consultoria econômico-financeira para o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG, cujo objeto constituirá o desenvolvimento dos seguintes serviços: ✓ Relatório mensal da Carteira, apresentando indicadores de performance do portfólio e dos principais benchmarks do mercado, bem como a análise do Enquadramento das aplicações nos	R\$650,00	R\$7.800,00

		<p>segmentos e artigos da Resolução 4.963/2021 e suas alterações, com alerta em casos de desenquadramento;</p> <p>✓ Relatório de Análise Técnica Índices de Renda Variável e Fixa permitidos pela Resolução 4.963/2021 e suas alterações;</p> <p>✓ Relatório de análise mensal da Conjuntura Econômica Doméstica e Internacional;</p> <p>✓ Elaboração do relatório trimestral, exigido pela PORTARIA MPS Nº 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 - DOU DE 23/08/2011, onde, de acordo com o Art. 3º, inciso "V", define: "V - elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle."</p> <p>✓ Assessoria na elaboração / alteração da política de investimentos - DPIN, bem como seu preenchimento no CADPREV;</p> <p>✓ Preenchimento das informações mensais - DAIR no CADPREV;</p> <p>✓ Plataforma online para preenchimento das informações APR;</p> <p>✓ Assessoria na montagem do edital de credenciamento de Instituições Financeiras;</p> <p>✓ <i>Conference Call</i> para a discussão de aspectos relacionados à avaliação das aplicações do Instituto mediante solicitação;</p> <p>Análise de documentação e elaboração do Termo de Credenciamento;</p>		
Total:				R\$7.800.00

2.CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS, DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos

Ins.

e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº 8.666/93.

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do INSTITUTO, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização do INSTITUTO, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao INSTITUTO e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras do processo administrativo, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O INSTITUTO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O INSTITUTO reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. A INSTITUTO reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VIII. Qualquer tolerância por parte do INSTITUTO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o INSTITUTO exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

IX. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a INSTITUTO e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra, ressalvada súmula 331 do TST.

X. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao INSTITUTO, seus servidores ou terceiros, produzidos em

decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se o INSTITUTO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

XI. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo INSTITUTO ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do presente Contrato e mesmo após o seu término.

XII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do INSTITUTO, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

2.1. Dos preços

2.1.1. O valor global estimado elencados na cláusula primeira, é de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo o valor unitário mensal de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

2.2. Da Forma de Pagamento

2.2.1- Os pagamentos serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, diretamente à detentora conforme comprovação da regular prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

I. A CONTRATADA deverá apresentar, em 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte do INSTITUTO e posterior aprovação para faturamento.

II. Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Diretoria Executiva, para fins de liquidação.

III. O pagamento será efetuado pelo INSTITUTO no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da protocolização junto ao órgão competente da nota fiscal/fatura, mediante depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.

IV. A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o INSTITUTO, nem deverá haver prejuízo da prestação dos serviços pela CONTRATADA.

V. O INSTITUTO não fica obrigado a adquirir os produtos e serviços na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.

VI. O instituto pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato assinado.

2.2.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

2.2.3 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

2.2.4 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à prestação de serviço objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. O regime de execução do presente contrato é o de execução indireta em regime de empreita por "Preço Por Item", nos termos do art. 6º da Lei Federal nº: 8.666/93.

3.2. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos produtos entregues, serão realizados pela Diretoria Executiva.

§1º - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pela INSTITUTO, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo órgão fiscalizador.

§2º - O INSTITUTO não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

§3º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

3.3. É de inteira e total responsabilidade da contratada a obrigação pela manutenção de pessoal capacitado para realizar o objeto contratado, imprescindível para o perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas.

3.4. O FORNECEDOR, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo deste procedimento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

Ass.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº:

- 15.01.01. 09.122.0002.2141 - Manutenção das Atividades do Programa Pró Gestão – 33903500 - Serviços de Consultoria – ficha 773.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do contrato administrativo será de doze meses, a contar de sua assinatura, sendo de 31/03/2023 até 31/03/2024.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1. A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA NOVAÇÃO

7.1. Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Administração Pública.

8.1.2. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

8.2. Os serviços discriminados serão entregues na sede do Instituto.

8.3. Na ocorrência de atrasos na execução do objeto, o INSTITUTO poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital e na Lei 8666/93 e suas alterações.

8.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

8.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

8.4.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação o INSTITUTO, no prazo máximo de 48 horas, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

8.4.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do Contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, em todo ou em parte, o objeto do mesmo, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo.

8.6. Respeitar os prazos e demais especificações pertinentes à execução do objeto licitado, para que sejam atendidos os interesses do INSTITUTO.

8.7. A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao INSTITUTO, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos.

8.8. Relatar ao INSTITUTO toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos produtos, prestando prontamente todos os esclarecimentos solicitados.

8.9. Credenciar junto a INSTITUTO um Preposto, para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surjam durante a execução do contrato.

8.10. Responsabilizar-se-á por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

8.11. Responsabilizar-se-á por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transporte, vales-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei.

9. CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento de acordo com o valor contratado;

9.2. Fiscalizar e acompanhar, através de servidor designado pelo Diretor Executivo do INSTITUTO, a completa execução do serviço contratado;

9.3. Prestar à Contratada, todas as informações e dados por ela solicitados, desde que sejam disponíveis e do conhecimento da Contratante;

9.4. Permitir acesso da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

9.5. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir prazos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao **Contratante** são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da citada Lei.

10.3. Fica ainda convencionado, entre as partes, a previsibilidade de rescisão unilateralmente sob aviso, com prazo mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias pela desistência na continuidade na prestação dos serviços, sem ônus indenizatório em decorrência da rescisão antecipada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A licitante vencedora do certame que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta e que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato administrativo apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio ao contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o INSTITUTO e será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ficando ainda sujeita à multa de até 5% (cinco por cento) do valor global estimado para a prestação dos serviços/entrega dos produtos objeto da presente aquisição, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na minuta de contrato administrativo, em anexo, e das demais cominações legais.

11.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações contratuais assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas na minuta de contrato administrativo e termo de referência que é parte integrante deste procedimento para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93.

11.3. A futura contratada pela inexecução total ou parcial do ajuste decorrente do presente procedimento sujeitar-se-á as seguintes sanções, sem prejuízo das demais estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

11.3.1. Advertência.

11.3.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o INSTITUTO, pelo prazo de 02 (dois) anos.

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

11.3.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento contratado, conforme orçamento aprovado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o INSTITUTO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

11.5. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo INSTITUTO. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

11.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.7. Do Pagamento de Multas e Penalidades

I. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo INSTITUTO à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo INSTITUTO.

§1º - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o INSTITUTO poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

§2º - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados o INSTITUTO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

11.8. Da Responsabilidade por Danos

I. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao INSTITUTO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo INSTITUTO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo INSTITUTO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo INSTITUTO a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§2º - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do INSTITUTO, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar a INSTITUTO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a INSTITUTO, nos termos desta cláusula.

§3º - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da INSTITUTO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a INSTITUTO, mediante a adoção das seguintes providências:

a) dedução de créditos da CONTRATADA;

- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do INSTITUTO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1. As partes contratantes ficam vinculadas ao Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. É vedado às partes transferir a terceiros qualquer obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do Contrato Administrativo, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato Administrativo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Francisco Sá - MG, 31 de março de 2023.

ELVIS HENRIQUE
RUAS
RODRIGUES:105057
49661

Assinado de forma digital
por ELVIS HENRIQUE RUAS
RODRIGUES:10505749661
Dados: 2023.04.03 16:26:15
-03'00'

CONTRATANTE:

Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ
CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 -
CENTRO - FRANCISCOSÁ -MG .

Cesar Mattos dos Santos

CONTRATADA:

MENSURAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA LTDA
CNPJ sob o nº 16.847.061/0001-29
Cesar Mattos dos Santos
CPF sob o n. 600.097.646-15

Testemunhas:

1. *[Signature]*

CPF: 031.649.816-51

2. *B. P. Hini*

CPF: 058.672.936-45

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

**Publicação no Quadro de Avisos do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores
Públicos de Francisco Sá/MG.**

**Assunto: EXTRATO DE CONTRATO N° 009/2023, referente ao Processo
Administrativo n°: 009/2023 - Dispensa n° 008/2023.**

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICO-FINANCEIRA
PARA O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG”**

**PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DE FRANCISCO SÁ/MG x MENSURAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA ECONÔMICA
LTDA inscrita no CNPJ sob o n° 16.847.061/0001-29**

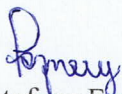
VALOR: R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: de 31/03/2023 até 31/03/2024.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 15.01.01. 09.122.0002.2141 - Manutenção das Atividades do Programa Pró Gestão –
33903500 - Serviços de Consultoria – ficha 773.

Francisco Sá/MG, 31 de março de 2023.


Thaine Stefane Ferreira Nery
Presidente da CPL